

ENTREVISTA COM JOSÉ MURILO COSTA CARVALHO JUNIOR¹

CPF: Como o Ministério da Cultura (MinC) estava entendendo/lendo as mudanças culturais na sociedade brasileira antes da criação da área de Cultura Digital no ministério?

José Murilo: A entrada de Gilberto Gil no MinC, em 2003, trouxe uma atenção especial ao que estava ocorrendo no mundo por causa da Internet, e não por acaso. A música “Pela Internet” (“Criar minha *homepage*, fazer meu *website*...”) foi lançada em 1998 e ilustra a sensibilidade do artista com o potencial da rede e sua percepção a respeito do impacto do digital no campo da cultura. A atuação inovadora de Gil no tema digital no MinC começou, da mesma forma, com a construção, em 2003, de uma *homepage*: um *website* institucional em formato de *blog* que incorporou de maneira radical a interatividade promovida pela nascente *web 2.0*. O foco desde o início da gestão nessas possibilidades de participação digital veio mais tarde a consolidar um impulso consistente às iniciativas de construção colaborativa de políticas públicas. Em outra dimensão, vale destacar desde já outro elemento marcante do início da gestão Gil: a incorporação das licenças Creative Commons (2004) como estratégia para lidar com a explosão de compartilhamento de conteúdos na Internet. Essa importante decisão de Gil posicionou o MinC em campo oposto à boa parte dos representantes da indústria cultural e editorial, nos temas relacionados à propriedade intelectual, e determinou o contexto de alguns dos embates políticos mais significativos de sua gestão. Por sua vez, o desenvolvimento, em 2004, do projeto Pontos de Cultura logrou concatenar estes elementos – (1) abertura à participação via rede e (2) a visão alternativa ao direito autoral que determina “todos os direitos reservados” – à (3) aposta no *software* livre como estratégia tecnológica básica de implementação de políticas. Buscava-se aproveitar o potencial do cenário de convergência digital e a produção colaborativa em rede com base em códigos abertos e, assim, promover o acesso ao uso da tecnologia, bem como a sua manutenção e compreensão, e à manipulação de sua linguagem de *software* e *hardware*. Idealmente, buscava-se um modelo de capacitação não só para a produção cultural, mas também para a produção do *software* necessário para a instrumentalização dos “nativos da rede”. Esse desenho de implementação

¹ Especialista em políticas digitais, fez *sites* institucionais no MARE (1997-99); Difusão Científica no MCT (1999-2003), Cultura Digital no MinC (2003-2016) e no IBRAM (2016-). Foi editor de Lusofonia do Global Voices Online (2006-2009). Promove a reflexão do ambiente digital como ecossistema.

inovador atraiu a atenção de atores relevantes da nascente cultura digital no mundo, ativistas da “abertura” da rede (*openness*), alguns dos quais passaram a integrar as equipes de implementação e de formação do Pontos de Cultura. Dessa forma, as ações digitais do MinC de Gil ganharam visibilidade internacional. Podemos dizer, portanto, que, entre 2003 e 2009 – ano de criação da Coordenação-Geral de Cultura Digital – o Ministério da Cultura já havia ativado algumas interfaces de atuação no campo da cultura digital fazendo uso de uma abordagem arrojada. As leituras de contexto davam-se não somente sobre a rápida movimentação do campo no Brasil e no mundo, mas também sobre os resultados que as inovações implementadas – entre elas o Creative Commons – já produziam no país. O surgimento efetivo da Coordenação coincide com a saída de Gil do ministério, o que pareceu indicar a necessidade de institucionalização das iniciativas que sua presença marcante no governo proporcionou ao campo das políticas digitais dos governos Lula.

CPF: Como foi o processo de criação dessa área no MinC?

José Murilo: A ideia de criar a área com foco em Cultura Digital foi de Gil em 2007. Entretanto, o processo burocrático durou mais de um ano, pois o Ministério do Planejamento entendia que a tal “Coordenação de Cultura Digital do MinC” iria causar sobreposição com os setores clássicos de Tecnologia da Informação (TI) do ministério. Sediada na Secretaria de Políticas Culturais, a lógica de criação da Coordenação teve como premissa a experiência concreta que tivemos com Gil no MinC: a de que a perspectiva cultural da convergência digital demonstra maior rapidez e eficácia na compreensão do sentido mais amplo das mudanças estruturais que a Internet vem causando nos diversos setores da sociedade. Partimos, portanto, da ideia de que somente uma visão integrada sobre os impactos do digital nas várias dimensões da política pública poderiam resultar em iniciativas pertinentes. De fato, a desenvoltura de Gil no tema digital, além de seu carisma natural, posicionaram-no favoravelmente como porta voz do governo Lula no tema Internet: um assunto absolutamente novo, de alto impacto político e cultural, mas cujos aspectos inerentes à regulação e à política pública (implementação de banda larga, FUST, governança da internet, direitos autorais, marco civil, digitalização de acervos) estavam espalhados em diferentes ministérios na Esplanada. Como se sabe, não é fácil obter sucesso com políticas que dependem de articulações interministeriais no governo brasileiro, especialmente em um tema novo, desconhecido dos técnicos dos ministérios, e no qual o burocrata de plantão irá identificar como pertinente à área de TI (ou da Assessoria de Comunicação

Social). Tal contexto evidencia a relevância da realização de Gil em colocar o pequeno MinC como articulador exitoso de iniciativas digitais em parcerias com os ministérios mais poderosos da Esplanada: além do da Fazenda, do Planejamento e Casa Civil, o das Comunicações, o da Justiça e o das Relações Exteriores. Vale dizer também que, em 2008, estava no auge o entusiasmo com as realizações dos Pontos de Cultura e com a relevância da articulação nacional e internacional do ministro-cantor nos temas digitais. Sua parceria com Lawrence Lessig, fundador do movimento Creative Commons; Richard Stallman, principal ativista do movimento *software* livre; e John Perry Barlow, fundador da Electronic Frontier Foundation-EFF, resultou no desenvolvimento de uma “Carta dos Direitos da Internet” por ocasião da Cúpula da Sociedade da Informação em Tunis (2005). Essa articulação foi protagonista no processo de criação do Internet Governance Forum (IGF) –1ª edição em Atenas, em 2006 –, instância das Nações Unidas com mandato para debater todos os assuntos ligados à governança da Internet global de forma transparente, democrática, multilateral (com a presença de todos os países) e multi-stakeholder (com a participação de empresas privadas, sociedade civil e organizações do terceiro setor). É nesse contexto que nasce a Coordenação-Geral de Cultura Digital do MinC, com a atribuição principal de formular diretrizes, metodologias e políticas públicas de “Cultura Digital” – “conceito que denomina o contexto onde as tecnologias digitais e o ambiente conectado em rede impactam a criação, produção, reprodução, distribuição, preservação, armazenamento, modalidades de acesso e cadeias econômicas relativas aos conteúdos simbólicos e às expressões e bens artísticos e culturais”. Entendemos na época que tais impactos quando analisados de forma localizada e setorial tenderiam a ser vistos como ameaças a papéis e funções sociais estabelecidos de acordo com premissas e conceitos regulatórios não favoráveis ao ambiente digital. E defendemos que as transformações decorrentes da mudança do paradigma deveriam ser compreendidas através de uma abordagem multidisciplinar e transversal aberta para o novo, sob o risco de assistirmos ao surgimento de bloqueios aos processos inovadores emergentes fomentados pelo ambiente digital.

Para realizar o desafio, e influenciados pelo caráter único de utilização de redes sociais demonstrado àquela altura (2009) pelos brasileiros com o uso do fenômeno Orkut, projetamos a concretização da Coordenação com o lançamento de uma rede social aberta de governo, o CulturaDigital.br, laboratório participativo para “um novo jeito de fazer política pública”. O espaço foi criado para agregar as pessoas e o fluxo de conteúdos de forma inteligente, organizando a participação e documentando o debate. O lançamento da rede foi marcado pela inauguração do Fórum da Cultura Digital Brasileira (2009-2010), processo organizado em cinco eixos de debate:

(1) Memória do Digital (Acervo, história e futuro); (2) Economia da Cultura na Era Digital (Compartilhamento, interesse público e mercado); (3) Infovia Digital (Infraestrutura, acesso e conectividade); (4) Arte na Era Digital (Linguagem, remix e vanguarda); e (5) Comunicação Digital (Língua, mídia e convergência). O processo do Fórum foi interessante e rico, gerando uma relevante articulação no campo e considerável mobilização em torno das pautas debatidas, além de muitos conteúdos que registram a participação pertinente dos interessados. A receptividade a esse movimento de abertura por parte de um setor de governo, aliado ao capital pessoal de Gil – que, apesar de já fora do MinC, participou ativamente do processo – promoveu legitimidade e representatividade à mobilização promovida no processo do Fórum. Os conteúdos organizados tornaram-se insumos para diretrizes, métodos e políticas nos 5 eixos de debate e estavam organizados para uso nas iniciativas da Coordenação. São destaques do CulturaDigital.br nesse período inicial a construção colaborativa, em parceria com o Ministério da Justiça, do Marco Civil da Internet (2009-2011) – a primeira lei construída de forma colaborativa no mundo –, e a consulta pública aberta sobre a Lei de Direito Autoral (2010). A iniciativa de criação de uma rede social aberta por um governo para construção colaborativa de políticas públicas ganhou menção honrosa no Prix Ars Electronica em 2010, e estávamos preparando-nos para a continuidade a essa abordagem exitosa no novo governo que começaria em 2011. Entretanto, como sabemos, transições de governo sempre reservam surpresas.

CPF: Como a área se transformou durante os anos em que você esteve no MinC? Que tipo de projetos foram realizados e quais resultados foram obtidos nesse período?

José Murilo: Nas últimas semanas de 2010, antes da posse da presidente Dilma Rousseff, um contingente de pessoas que estavam satisfeitas com a gestão de Gil e de seu sucessor Juca Ferreira no MinC iniciaram o movimento #FicaJuca, com o objetivo de influenciar a decisão sobre o novo ministro. Devo dizer que o “partido da cultura digital” (núcleos ativistas da rede mobilizados pelas políticas digitais do MinC) reunia bons motivos para desejar a manutenção da gestão Gil/Juca, e o potencial de reverberação dessa turma na Internet à época era notável. Soubemos depois que a então futura presidente se incomodou com a estridência do #FicaJuca na Internet, e sua escolha para o MinC acabou contemplando um grupo político que havia se articulado contra as posições de Gil no tema dos direitos autorais. A ministra escolhida foi Ana de Hollanda, que antes mesmo de tomar posse ordenou a retirada do selo Creative Commons do *site*

institucional do MinC. Nesse cenário, a estratégia foi colocar a Coordenação de Cultura Digital em modo silencioso e tentar avançar nas pautas que eram menos impactadas pela mudança de postura da gestão no tema dos direitos autorais – uma tarefa não trivial. Nesse período, tratamos de dar seguimento à parceria do Ministério da Cultura com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)², que provê infraestrutura de redes de alta velocidade às instituições do Sistema MinC. Então, com base nas formulações colaborativas empreendidas no processo do Fórum da Cultura Digital Brasileira, foram desenhados dois projetos para a prospecção de usos culturais em ambientes com provisão de banda ultralarga: (1) os Laboratórios de Cultura Digital Experimental (RedeLabs) e (2) a Rede de Cinemas Digitais. O projeto RedeLabs - Laboratórios em Rede surge da perspectiva de que o modelo telecentro como formato de equipamento público de cultura digital estava ultrapassado e de que a inovação introduzida pelos Pontos de Cultura e o alargamento do escopo de possibilidades no campo da cultura digital apontavam para arranjos customizáveis de laboratórios experimentais comunitários. Seriam espaços nos quais novas formas de sociabilidade, assim como novos modos de organização e produção, poderiam emergir e se desenvolver de acordo com as potencialidades locais. A iniciativa RedeLabs buscou integrar, via rede, os diversos projetos que envolviam espaços de inovação, experimentação e formação no âmbito das políticas públicas de cultura: Pontos de Cultura (Cultura Viva), Pontos de Memória (Instituto Brasileiro de Museus), Núcleos de Produção Digital (NPDs – Secretaria do Audiovisual), além dos já mencionados Laboratórios de Arte, Tecnologia e Inovação (Cultura Digital) e dos laboratórios nos espaços dos Céus das Artes (LabCEUS). O RedeLabs foi interrompido em 2016 com a extinção da Coordenação-Geral de Cultura Digital. A Rede de Cinemas Digitais também explora a infraestrutura de conexão de banda ultralarga. Com a conexão dos acervos filmográficos da Cinemateca Brasileira às redes de alta velocidade da RNP (RedeComep), que já conectam também os *campi* das universidades federais, foi articulado, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o projeto **Cinemas Universitários Conectados**, hoje rebatizado como **Cinemas em Rede**, que busca explorar novos arranjos para distribuição de conteúdos audiovisuais digitais. Trata-se de dotar os cinemas com equipamentos e aplicações que explorem a interação das salas de exibição, entre si e com os acervos digitais, em tempo real e qualidade *full HD*. Entre os projetos que considero

² A Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais, através da Coordenação-Geral de Cultura Digital – CGCD, realizou ações do Programa de Pesquisa e Inovação, Arte e Tecnologia, instituído por meio do Termo de Cooperação nº 5, publicado no DOU em 31 de dezembro de 2010. Esse termo, cuja vigência, à época, foi prorrogada para 31 de julho de 2013, foi celebrado entre o Ministério da Cultura, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o Ministério de Ciência e Tecnologia.

de maior importância no âmbito da Coordenação de Cultura Digital está o plano para uma Política Nacional para Acervos Digitais, que emergiu do eixo Memória do Digital, do Fórum da Cultura Digital Brasileira. A iniciativa teve por objetivo demonstrar a importância e o potencial da integração entre projetos e instituições que têm como objeto a digitalização e disponibilização de coleções de interesse científico e cultural relacionadas ao patrimônio histórico brasileiro. Cumpre papel de induzir modelo operacional que prevê o compartilhamento de recursos, especialmente os de infraestrutura tecnológica (plataformas de disponibilização e armazenamento de dados), mas também os recursos humanos especializados, nas diversas etapas que envolvem digitalização, catalogação e disponibilização de conteúdos. Com a chegada de Marta Suplicy (2012) e após frutífera cooperação internacional no âmbito dos Diálogos Setoriais Brasil-UE, aproximamos os temas Sistemas de Informação e Acervos Digitais. O foco foi a relação entre (1) um sistema público colaborativo de informações culturais que cadastra e mapeia, entre inúmeros objetos, instituições que abrigam acervos (o Sistema Nacional de Informações Culturais – SNIIC), e (2) os repositórios digitais desses acervos. Buscamos, naquela oportunidade, integrar duas frentes de trabalho da Secretaria de Políticas Culturais e dialogar com iniciativas semelhantes. Como encerramento dessa iniciativa, realizou-se nos dias 11 a 13 de março de 2013 o Seminário Internacional sobre Sistemas de Informação e Acervos Digitais de Cultura. O evento apresentou o resultado das missões, trazendo ao Brasil especialistas europeus que puderam relatar sua experiência no tema, e serviu como mais uma instância de mobilização do setor em torno de uma visão comum para as políticas públicas para acervos digitais. Em dezembro de 2013 foi lançado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em parceria com a Secretaria de Políticas Culturais, o edital “Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-Brasileiro”. Com um investimento total de R\$ 1,7 milhão, o edital selecionou projetos de coleta, resgate, recuperação, conservação e disponibilização de acervos para o acesso público em meio digital. O foco foram acervos de interesse científico e cultural de bens do patrimônio afro-brasileiro, visando ampliar sua disponibilidade e acessibilidade para pesquisadores e sociedade civil. E para priorizar a interoperabilidade entre os acervos digitalizados, o edital teve como referência os princípios contidos na Declaração da Unesco/UBC Vancouver e na Carta do Recife 2.0. A interoperabilidade entre as diversas coleções (arquivísticas, museológicas e de bibliotecas) no mesmo tema da cultura afro apresentou o desafio para o desenvolvimento da solução tecnológica para sustentar a proposta de uma política integrada. A parceria com o Laboratório L3P (Políticas Públicas Participativas) da Universidade Federal de Goiás (UFG) foi crucial para o desenvolvimento da solução tecnológica SocialDB, que depois veio a ser denominada Tainacan. O resultado do edital

Afro-Brasileiro se encontra publicado como coleções Tainacan. Em 28 de outubro de 2015, a UFPE e o MinC lançaram o edital Povos Originários do Brasil, que convocou “pesquisadores a apresentarem propostas de projetos para solicitação de apoio financeiro dirigidas à disponibilização para a pesquisa-ação de acervos de interesse memorial para a Cultura Indígena Brasileira³”. Em maio de 2016, a UFPE divulgou os projetos aprovados e selecionados no edital. Mas com a extinção da Coordenação de Cultura Digital em agosto de 2016 tais projetos foram interrompidos.

CPF: Como o SNIIC e os Mapas Culturais se relacionam a esse processo todo?

José Murilo: Com a chegada da ministra Ana de Hollanda, em 2011, e o trauma em função de seu embate com o “partido da cultura digital”, a Coordenação foi orientada a interromper os projetos nativos da Cultura Digital. Na época, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) era um projeto que não havia conseguido avançar na Secretaria de Políticas Culturais, e o então Secretário Sérgio Mamberti solicitou que a Coordenação de Cultura Digital concentrasse esforços no sentido de alavancar a implementação do Sistema. Em agosto de 2011, já havíamos desenvolvido um conceito novo para o SNIIC (“uma plataforma para o século 21”). Influenciados pelo sucesso da implementação da rede social de governo (o CulturaDigital.br), vislumbramos as vantagens em se promover o papel do Estado como organizador e facilitador da conexão digital entre cidadãos interessados em participar da atualização permanente das informações públicas do campo cultural – um sistema de informação público colaborativo. Havíamos experimentado no Fórum da Cultura Digital Brasileira o entusiasmo dos participantes em perceber que seu conhecimento e suas habilidades, em diálogo com outros interessados, poderiam ajudar a resolver problemas que os afetam localmente, assim como nacionalmente. Nessa mesma linha, a proposta era criar uma plataforma aberta baseada no modelo *open data* (dados abertos), com foco na capacidade de interoperar (e concatenar) os dados dos diversos sistemas do MinC e na prestação de novos serviços com base nas interações entre governo e cidadãos. Nesse contexto, o Estado se posiciona como facilitador no processo de captação e organização dos dados do setor privado para o uso público, aberto. No âmbito do premente desafio técnico para garantir a participação qualificada não só dos gestores de cultura,

³ http://www.cultura.gov.br/1025/-/asset_publisher/y5caoMOvPkg4/content/edital-povos-originaarios-do-brasil-spc-minc-e-ufpe/10883

mas dos cidadãos interessados nesse novo conceito de implementação do SNIIC, era fundamental contemplar funcionalidades avançadas de gerenciamento autônomo de identidade digital capaz de atender, de forma aberta e transparente, demandas específicas colocadas pelos desafios típicos das plataformas abertas. Tal estratégia de implementação não nos parecia algo tão complexo ou arriscado, mas é preciso dizer que o *modus operandi* da área de TI do MinC, além de sua dificuldade em lidar com desenvolvimento em *software* livre, gerou entregas alternativas ao originalmente proposto para essa primeira etapa de implementação do novo SNIIC.

Em virtude do choque conceitual entre a Coordenação de Cultura Digital e o setor de TI do MinC, ainda na gestão Ana de Hollanda a implementação do SNIIC foi transferida para uma nova coordenação na Secretaria de Políticas Culturais. Os conceitos de implementação e as diretrizes gerais de desenvolvimento implementadas pela Cultura Digital foram mantidas, mas a 1ª versão da plataforma foi desenvolvida em *software* proprietário, e o ID da Cultura foi inviabilizado. Era um momento em que tínhamos muito pouca influência nas decisões do ministério e não tínhamos como nos contrapor às “autoridades” da TI. O que fizemos, ainda em 2012, foi a chamada pública para projetos de Cartografia Colaborativa, num esforço de conhecer, divulgar e facilitar a integração dos projetos de mapeamento colaborativo que estavam emergindo pelas cidades do Brasil, ao processo de desenvolvimento do SNIIC. Retomando a ideia da construção colaborativa da política, colocamos na mesma sala os articuladores e os desenvolvedores dos projetos mais interessantes em mapeamento cultural independente no país, junto com os articuladores e desenvolvedores do SNIIC, para que pudessem juntos pensar “o governo como plataforma”. Ao acompanhar a trajetória do projeto, observamos que o plano de desenvolvimento do novo SNIIC foi na sequência clonado pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, cujo Secretário naquele momento era Juca Ferreira. O plano veio a se transformar na plataforma Mapas Culturais, desenvolvida em inusitada parceria da Prefeitura de São Paulo com o Instituto Tim no desenvolvimento de *software* livre para uso de governo a fundo perdido. Em 2015, com o retorno de Juca Ferreira ao comando do MinC, o Mapas Culturais desenvolvido torna-se a plataforma oficial do SNIIC no ministério. E a ideia do *login* único para serviços de governo, por sua vez, foi absorvida e desenvolvida em *software* livre pela equipe do Gabinete Digital do então governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e constitui hoje o serviço Login Cidadão – o qual veio também a ser reincorporado no desenvolvimento do Mapas Culturais, agora de volta ao MinC. De certa forma, apesar de não termos efetivamente concretizado o plano elaborado em 2011, podemos dizer que a visão estratégica de implementação da Coordenação de Cultura Digital do MinC para o SNIIC se mostrou pertinente no decorrer do tempo.

CPF: Hoje você está no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Como a área de museus vem se relacionando com as tecnologias digitais? Há algum projeto estratégico nesse sentido?

José Murilo: Em 2015, ainda na Coordenação de Cultura Digital no MinC, iniciamos diálogos com as unidades do Sistema MinC para a implementação do Projeto Tainacan como protótipo de uma política nacional para acervos digitais. Entre as instituições, foi o Instituto Brasileiro de Museus o que se mostrou mais interessado na iniciativa, especialmente porque já haviam tentado desenvolver uma tecnologia para integração dos acervos de seus museus na Internet. De nossa parte, como os museus lidam diretamente com os três tipos de acervos (arquivístico, museológico e bibliográfico) e tínhamos foco especial no desafio da interoperabilidade entre os domínios, o Ibram era naturalmente um parceiro preferencial. Com a abrupta extinção da Coordenação de Cultura Digital no MinC em agosto de 2016, o presidente do Ibram convidou-nos para seguir implementando o projeto Tainacan no Instituto com a Coordenação de Arquitetura da Informação Museal, sediada na Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal. Readequamos o projeto para colocar ênfase no desafio específico dos museus do Ibram, o que veio a enriquecer a nossa perspectiva sobre a implementação de uma política nacional para os acervos digitais. Saindo do MinC, deixávamos de formular a política nacional no órgão central, mas na medida em que tínhamos já prontos um desenho, uma estratégia, e um protótipo tecnológico pensado para uma estratégia abrangente, embarcamos na aventura de concretamente implementar o piloto da política em uma das pontas do sistema, agora de dentro do Instituto Brasileiro de Museus. Foi uma agradável surpresa saber que o Ibram era, já em 2016, o mais efetivo utilizador da plataforma Mapas Culturais no âmbito do Sistema MinC. Para mim, foi um aprendizado importante acompanhar o desenvolvimento do modelo de governança para um cluster específico da rede, o qual foi tecido por meio da articulação em torno da Rede Nacional de Identificação de Museus na plataforma *MuseusBR* – uma instância autônoma da rede *Mapas Culturais-SNIIC*. O trabalho do Ibram na plataforma partiu de uma curadoria prévia da informação a ser publicada e, após uma reticência forte dos técnicos do Ibram sobre a possibilidade de se abrir a plataforma para colaborações/atualizações diretas de participantes externos, a rede formada no campo dos museus apresenta hoje o melhor desempenho e evolução entre as instâncias *Mapas Culturais*. O principal desafio colocado na chegada ao Ibram foi a reconfiguração do Tainacan para servir como tecnologia para documentação dos acervos de seus 30 museus – em conformidade com as normativas do Instituto – e idealmente incorporar funcionalidades de gestão local do acervo.

O Tainacan havia sido desenvolvido originalmente com foco na publicação de acervos digitais na web e, portanto, não estava pronto para gerir processos relacionados à gestão local das instituições museológicas. A aposta da Cultura Digital sempre foi a de que a publicação dos acervos em meio digital colocaria as instituições de memória em outro patamar de prestação de serviços à sociedade. Os profissionais envolvidos, museólogos, historiadores, pesquisadores, passariam a atuar na dimensão dos acervos interligados em rede, com uma responsabilidade importante na manutenção desse novo ambiente semântico. Hoje, a implementação do Tainacan nos museus do Ibram, que continua contando com a parceria fundamental do MediaLab da UFG, segue a pleno vapor no Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro e inicia-se em vários outros museus do Ibram. Devo dizer que a questão dos Direitos Autorais ainda se mostra como obstáculo para a abertura dos acervos do patrimônio cultural brasileiro digitalizado na web, mas isso é assunto para outra conversa.

CPF: Quais seriam os principais referenciais mundiais de políticas para acervos digitais?

José Murilo: Alguns projetos e iniciativas internacionais importantes valorizam esta abordagem de que a memória digitalizada possui um valor significativo, e colocam ênfase na importância do acesso aberto e na possibilidade do reuso no âmbito dos acervos do patrimônio cultural. Nos Estados Unidos temos o projeto American Memory⁴, da Library of Congress, e mais recentemente tivemos a estruturação do consórcio Digital Public Library of America⁵ (DPLA), além do pioneiro Internet Archive⁶. No Reino Unido, existe o projeto Web Archive UK⁷. Vale ainda mencionar como referências o projeto Trove⁸, na Austrália, e o DigitalNZ⁹, na Nova Zelândia. A experiência a se destacar, por sua escala e importância cultural, é a da Fundação Europeia¹⁰, uma ampla estratégia de integração digital de acervos culturais de instituições de memória dos países que compõem a União Europeia, a qual vem produzindo efeitos que chamam atenção para os possíveis impactos da lógica de rede na integração de bases de dados de importantes instituições culturais. A iniciativa é composta por 175 instituições europeias que fornecem conteúdo para a formação

⁴ <http://memory.loc.gov/>

⁵ <http://dp.la/>

⁶ <http://archive.org/>

⁷ <http://www.webarchive.org.uk/>

⁸ <http://trove.nla.gov.au/>

⁹ <http://digitalnz.org/>

¹⁰ www.europeana.eu

de uma única base de dados integrada, chegando a mais de 54 milhões de objetos digitalizados¹¹. A questão da sustentabilidade para tais arranjos para acervos digitais assume como estratégia a perspectiva agregadora das Instituições de Memória, também representada pelo termo **GLAM**¹², um acrônimo de **galerias, bibliotecas, arquivos e museus** e que se refere a instituições culturais que têm o acesso ao conhecimento como missão. Com a digitalização de seus acervos, as vantagens dessas instituições em promover a interoperabilidade entre suas bases e a necessidade logística de compartilhamento de infraestrutura de *software* e *hardware* vêm promovendo a emergência de infraestruturas que permitem a operação em ambientes digitais contíguos e até permeáveis — claramente um novo ambiente informacional. A gestão financeira e a evolução da tecnologia são os aspectos que fundamentam tais escolhas estratégicas, que envolvem também o uso de *software* livre e a preferência pela publicação na modalidade de acesso aberto. Os serviços de troca de conhecimento, os projetos de memória social colaborativa e a hospedagem de espaços de cocriação são inovações que surgem com a organização das bases de dados de forma integrada¹³.

Para além dos imediatos benefícios que plataformas e bases de dados como essas podem produzir do ponto de vista de quem se interessa pelos temas culturais, estudos hoje podem demonstrar o impacto econômico da iniciativa. A Fundação Europeia vem trabalhando em uma metodologia de medição do valor gerado pela digitalização dos acervos do patrimônio histórico e cultural com ótimos resultados e dispõe-se a compartilhar o *framework* com as instituições de sua rede e demais interessados. Em outros aspectos, como na gestão de direitos autorais (com o projeto Rights Statements¹⁴), em aspectos técnicos específicos (como na gestão de bancos de imagens com o IIIF¹⁵) e na evolução da integração semântica dos acervos (promovendo a parceria com o Wikidata para dados estruturados¹⁶), a visão estratégica da Fundação Europeia em estreita parceria com a dos executivos da DPLA e de outras iniciativas internacionais – inclusive a do Ibram – tem apontado um caminho interessante para a articulação global no campo.

¹¹ <http://www.europeana.eu> Acesso em: 10 fev. 2017.

¹² Informação disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/GLAM_\(industry_sector\)](https://en.wikipedia.org/wiki/GLAM_(industry_sector))>. Acessado em: 18 set. 2018.

¹³ Disponível em: <http://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Publications/Europeana%20Business%20Plan%202014.pdf> Acessado em: 18 set. 2018.

¹⁴ <http://rightsstatements.org/en/>

¹⁵ <https://iiif.io/>

¹⁶ https://www.wikidata.org/wiki/Wikidata:Main_Page

CPF: O que é preciso ser feito para que o Brasil tenha uma política para acervos digitais?

José Murilo: Trabalhei nessa pauta nos últimos sete anos e considero que, apesar dos contratempos, das transições e das idas e vindas, temos uma referência concreta em implementação – o projeto Tainacan. A ideia foi concebida no Ministério da Cultura, com a articulação promovida pelo Fórum da Cultura Digital Brasileira, e o processo contou com dois eventos internacionais no Brasil, duas cooperações com a União Europeia, com missões e visitas técnicas, com um edital para digitalização da Cultura Afro e com muitos diálogos com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A plataforma tecnológica, que foi desenvolvida a com base nos requisitos formulados para o estabelecimento de uma Política Nacional, está em pleno processo de implementação nos museus brasileiros. Entendo que o que realmente falta, hoje, é o *locus* institucional adequado capaz de tomar as decisões políticas que irão prover a sustentabilidade necessária ao movimento hoje empreendido pelo Ibram no campo dos acervos digitais.